



## QUESTIONÁRIO SOBRE INSTITUIÇÕES FISCAIS [País]

Este questionário tem por propósito recolher informações básicas sobre as instituições fiscais e suas práticas, como base para o exame do sistema de gestão das finanças públicas do país em relação ao Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal (2007), ou “código de transparência fiscal”. O preenchimento deste questionário é um primeiro passo importante na elaboração do módulo fiscal do Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos (*Report on the Observance of Standards and Codes — ROSC*). Todavia, considera-se que os dados aqui consignados também poderão servir como subsídio geral para a realização de diferentes diagnósticos da gestão financeira pública por entidades internacionais ou bilaterais, assim como pelo próprio governo, inclusive para fins de auto-avaliação em termos do código de transparência fiscal.

Para facilitar a avaliação, é importante fornecer o máximo de documentação de apoio. A Parte A do questionário contém uma relação geral dos tipos de documentos e instrumentos legislativos mais pertinentes a cada um de seus módulos.

Os módulos da Parte B do questionário se referem especificamente a certas características institucionais da gestão fiscal. Esses módulos podem ser encaminhados aos órgãos nacionais pertinentes, responsáveis pela gestão e prestação de informações das respectivas áreas. Em preparação para um módulo fiscal do ROSC, entretanto, uma única entidade deve ser responsável pela coordenação global das respostas e pela compatibilidade das informações prestadas nas diversas seções. Solicitam-se respostas por extenso e completas para todas as questões numeradas em seqüência.

Todos os módulos e subseções foram concebidos para recolher informações pertinentes a práticas específicas consideradas no código de transparência fiscal. Assim sendo, faz-se referência às seções do código correspondentes a cada grupo de questões (agrupadas sob títulos sombreados). Onde conveniente, remete-se também aos parágrafos correspondentes do Manual de Transparência Fiscal (2007), ou “manual”, e a outros documentos pertinentes, como o “Manual de Estatísticas das Finanças Públicas” (*Government Finance Statistics Manual, 2001 — GFSM 2001*). Em termos mais gerais, aquele manual contém explicações pertinentes a todas as seções do código.

Esta nova versão do questionário foi redigida em [data]. Dúvidas e comentários sobre o questionário podem ser encaminhadas ao corpo técnico do FMI pelo endereço eletrônico [fisctran@imf.org](mailto:fisctran@imf.org).

<b>Parte A: Documentação e Legislação Básica da Gestão Fiscal</b>	<b>3</b>
<b>Parte B: Questões Específicas sobre Instituições Fiscais</b>	<b>5</b>
I. Estrutura do Governo e Relações .....	3
II. Governo, Banco Central e Sociedades Financeiras.....	5
III. Governo, Empresas Públicas não Financeiras e Setor Privado.....	6
IV. Orçamento e sua Documentação .....	8
V. Elaboração e Aprovação do Orçamento.....	13
VI. Execução e Prestação de Contas do Orçamento .....	15
VII. Contabilidade e Mecanismos de Supervisão .....	22
VIII. Legislação, Política e Administração Tributárias .....	27
IX. Auditoria Externa.....	31

## Parte A: Documentação e Legislação Básica da Gestão Fiscal

Solicitamos que forneça o conjunto ou lista completa dos documentos relacionados abaixo a que o público tenha acesso no seu país, como material de apoio a este questionário. Se houver versões eletrônicas dos documentos mais importantes ou referências aos *sites* onde podem ser consultadas, pedimos que as envie por e-mail ao chefe da missão do ROSC com bastante antecedência em relação ao início da missão. Prefere-se que sejam apresentadas traduções oficiais ao inglês.

### I. Estrutura do Governo

Constituição<sup>1</sup>

Um organograma institucional ou uma relação das entidades do governo geral

Legislação que define as responsabilidades dos governos infranacionais

Legislação que define as fontes de receitas dos governos infranacionais

Legislação sobre as transferências intergovernamentais

Legislação que estabelece os fundos extra-orçamentários

Legislação que estabelece os conselhos estatutários ou outras entidades que desempenharão principalmente atividades não comerciais

### II. Governo, Banco Central e Sociedades Financeiras

Lei orgânica do banco central

Relatório anual do banco central

Relatórios estatísticos do banco central

Legislação sobre bancos e atividade bancária

### III. Governo, Empresas Públicas não Financeiras e Setor Privado

Principais leis de regulamentação das atividades do setor privado

Principais leis sobre os processos de privatização

Legislação sobre as empresas públicas

### IV. Orçamento e sua Documentação

Síntese do orçamento ou “orçamento do cidadão”

Lei do orçamento anual (recente)

Lista dos títulos completos de todos os documentos apresentados ao legislativo e ao público em apoio ao orçamento anual

Lei de responsabilidade fiscal ou regras fiscais

### V. Elaboração e Aprovação do Orçamento

Instrução ou circular do ministério das finanças que estipule a metodologia de elaboração do orçamento (recente)

Quadro macroeconômico — principais pressupostos do orçamento

<sup>1</sup> Versões em inglês das constituições nacionais podem ser encontradas facilmente, mas solicita-se a apresentação de alterações recentes que talvez ainda não tenham sido disseminadas.

Quadro fiscal de médio prazo ou exposição dos objetivos de médio prazo  
Análise da sustentabilidade fiscal  
Análise das perspectivas de longo prazo para as finanças públicas

#### **VI. Execução e Prestação de Contas do Orçamento**

Lei-quadro do sistema orçamentário/lei das finanças públicas/lei orgânica do orçamento  
Lei de gestão da dívida  
Lista dos títulos completos dos relatórios/boletins de execução orçamentária ou relatórios semestrais emitidos durante o exercício  
Lista dos títulos completos dos relatórios mensais/anuais sobre a dívida pública  
Lista dos títulos completos dos relatórios sobre ativos financeiros públicos  
Lista dos títulos completos de todos os documentos de prestação de contas definitivas ao legislativo  
Lei de estatística ou do(s) órgão(s) nacional(is) de estatística  
Relatórios anuais/mensais de estatísticas das finanças públicas

#### **VII. Contabilidade e Mecanismos de Supervisão**

Legislação e regulamentação sobre:

- contabilidade orçamentária e execução orçamentária
- auditoria e controles internos
- emprego na função pública
- aquisições públicas

#### **VIII. Legislação, Política e Administração Tributárias**

Principal legislação e regulamentação sobre política tributária, administração tributária e outros aspectos do regime tributário

#### **IX. Auditoria Externa**

Lei de auditoria nacional  
Legislação que garante o comportamento ético dos funcionários públicos  
Legislação de combate à corrupção no serviço público

## Parte B: Questões Específicas sobre Instituições Fiscais

### I. ESTRUTURA DO GOVERNO E RELAÇÕES

#### Governo geral<sup>2</sup>

1.1.1

1. Forneça os dados mais recentes sobre a estrutura do governo geral, nos moldes do Quadro 1, referindo-se às informações utilizadas para atualizar o quadro institucional do “Anuário de Estatísticas das Finanças Públicas” (*Government Finance Statistics Yearbook*).

#### Quadro 1. Governo Geral de [país]

O governo geral de [país] compreende:

% PIB  
[ano]

##### Unidades do governo central incluídas no orçamento central

1. Legislativo, gabinete do presidente, judiciário, [--] ministérios, [--] comissões e comitês
2. Autoridades\*, instituições\*, outras entidades não mercantis incluídas no orçamento\*
3. Outras\*...

##### Unidades do governo central com orçamento próprio

4. [Relacione fundos extra-orçamentários (inclusive fundos de previdência social), agências descentralizadas\*, instituições sem fins lucrativos financiadas principalmente por transferências do governo central\*]

##### Governos estadual e local

5. [Relacione unidades governamentais estaduais e locais]\* Indique se alguma dessas esferas de governo possui fundos extra-orçamentários ou um setor descentralizado.

\* se forem muito numerosas, indique o número de instituições.

#### Papel dos poderes executivo, legislativo e judiciário

1.1.2

2. Como descreveria o poder do legislativo para modificar a proposta de orçamento? (*indique uma opção*)

- a) Não é definido de forma expressa na constituição ou na legislação orçamentária.
- b) Ilimitado — despesas e receitas podem ser modificadas sem a anuência do executivo.
- c) Limitado — modificação possível, mas só com a anuência do executivo.

<sup>2</sup> Para uma definição e discussão do conceito de governo geral, consulte o *GFSM 2001* (pp. 10–14) e os parágrafos 32–38 e o Boxe 2 do manual.

- d) Equilibrado — despesas e receitas podem ser aumentadas ou diminuídas, desde que as modificações sejam compensadas para manter a orientação da política orçamentária apresentada pelo executivo.

*Descreva resumidamente o processo de aprovação do orçamento.*

### **Relações fiscais intergovernamentais**

1.1.3

3. Como descreveria, na prática, os mecanismos de participação nas receitas ou de transferência de recursos para os governos infranacionais? *(indique todas as opções válidas)*
- a) Determinados em base anual, no contexto do orçamento (negociados).
  - b) Dispositivos pontuais.
  - c) Baseados em fórmulas com variáveis objetivamente mensuráveis, e previsíveis.
4. Como descreveria a autoridade dos governos infranacionais para contrair empréstimos? *(indique uma opção)*
- a) Ilimitada.
  - b) Sujeita à aprovação administrativa do governo central.
  - c) Nula ou determinada no contexto da regra fiscal infranacional estipulada em lei.

*Destaque as iniciativas para promover a transparência nos níveis infranacionais de governo.*

## II. GOVERNO, BANCO CENTRAL E SOCIEDADES FINANCEIRAS

### Governo geral e banco central

1.1.4

5. O banco central concede algum tipo de crédito subvencionado ou dirigido?

*Em caso afirmativo, descreva resumidamente.*

### Governo e sociedades financeiras públicas<sup>3</sup>

1.1.4

6. Na medida do possível, indique na tabela a seguir a participação do governo no capital de sociedades financeiras:<sup>4</sup>

#### Participação do Governo em Sociedades Financeiras [ano]

Instituição	Participação do governo (%)	Valor total da participação acionária do governo (em moeda nacional)	
Bancos comerciais (relacione)			
Bancos especializados (relacione)			
Seguradoras (relacione)			
Outras (especifique a categoria e relacione)			
TOTAL			

*Breve discussão da disponibilidade desses dados, dos motivos da falta de disponibilidade, e da periodicidade da prestação de informações.*

7. Os bancos estatais concedem algum tipo de crédito subvencionado ou dirigido?

*Em caso afirmativo, descreva resumidamente.*

<sup>3</sup> Para uma discussão das atividades para-fiscais das instituições financeiras públicas, ver os parágrafos 47–53 do manual.

<sup>4</sup> Se os dados solicitados não estiverem disponíveis ou só puderem ser parcialmente fornecidos (nesta questão e em outras que envolvam informações quantitativas), indique “dados não disponíveis/parcialmente disponíveis”, conforme o caso.

### III. GOVERNO, EMPRESAS PÚBLICAS NÃO FINANCEIRAS E SETOR PRIVADO

#### Participação pública na atividade comercial

1.1.5

8. Na medida do possível, indique na tabela a seguir a participação do governo no capital de sociedades não financeiras (inclusive sociedades 100% públicas), especificando o setor (por ex., telecomunicações) e relacionando todas as empresas (se forem muitas, forneça uma relação ou relatório público à parte, ou enumere as 10 maiores na tabela):

#### Participação do Governo em Sociedades Não Financeiras [ano]

Instituição	Participação do governo (%)	Valor total da participação acionária do governo (em moeda nacional)
[Setor] (relacione)		
TOTAL		

#### Gestão das empresas públicas<sup>5</sup>

1.1.4

9. Relacione as empresas públicas não financeiras que, obrigatória ou facultativamente, prestam serviços a preços inferiores aos de mercado, e indique as modalidades dessa prestação (use uma folha separada caso necessário).

*Relacione as sociedades e descreva as modalidades.*

10. Os mecanismos de gestão das empresas públicas não financeiras: *(indique uma opção)*

- Estão sujeitos a forte orientação do governo, por meio de representação deste no conselho de administração ou de diretrizes de política.
- São geralmente independentes, porém sujeitos a significativo grau de orientação.
- São substancialmente independentes e seguem princípios comerciais.

*Descreva resumidamente o grau de independência e eventuais exceções relativas às operações comerciais.*

<sup>5</sup> Para uma discussão da gestão das empresas públicas e atividades parafiscais, ver os parágrafos 47–50 e 54–57 do manual. Já as exigências de prestação de informações são discutidas nos parágrafos 194–200 e nos Boxes 19 e 20 do manual.



11. As condições dos contratos entre o governo e as empresas privadas, inclusive as empresas exploradoras de recursos naturais e operadoras de concessões públicas, estão à disposição do público? As condições são claras ou existe uma documentação que as explique numa linguagem simples?

*Descreva os mecanismos usados para divulgar as condições dos contratos.*

#### IV. ORÇAMENTO E SUA DOCUMENTAÇÃO

##### Guia do orçamento

3.2.1

12. Uma síntese do orçamento, redigida de forma simples e clara, é publicada e colocada à disposição no momento em que o orçamento é adotado pelo legislativo?

*Indique sim ou não. Se a resposta for negativa, descreva de que forma o orçamento é explicado ao público.*

##### Classificação do orçamento

3.2.2/3.1.4

13. Todas as rubricas de despesa são registradas em termos brutos nas estimativas do orçamento ou algumas delas são apresentadas apenas líquidas de receitas?

*Indique sim ou não. Se a resposta for negativa, descreva resumidamente as rubricas e sua forma de tratamento.*

14. O sistema de classificação apresenta: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Uma classificação individualizada das despesas por órgão administrativo.
- b) Uma classificação por receita, despesa, financiamento e dívida, compatível com:
  - i. o *GFSM 1986*.<sup>6</sup>
  - ii. o *GFSM 2001*.
  - iii. outro manual — especifique.
- c) Uma classificação funcional das despesas conforme o *GFSM 2001/SCN 1993*.
- d) Uma classificação por programa.

15. As receitas das fontes abaixo são destacadas no orçamento anual? *(indique todas as opções válidas)*

- a) As principais fontes de arrecadação.
- b) Receitas de atividades relacionadas aos recursos naturais (em caso afirmativo, identifique que receitas essa categoria abrange).
- c) Receitas da assistência externa.
- d) Outras (especifique).

<sup>6</sup> *A Manual on Government Finance Statistics – GFSM 1986* (Manual de Estatísticas das Finanças Públicas de 1986). O *GFSM 2001* é o manual oficial em vigor e é compatível com o Sistema de Contas Nacionais de 1993 (*SCN 1993*).

**Dados de anos anteriores**

3.1.2

16. Que informações referentes a anos anteriores são apresentadas juntamente com as estimativas do orçamento anual? (*indique todas as opções válidas*)

- a) Nenhuma informação sobre anos anteriores.
- b) Estimativas orçamentárias de um ou mais anos anteriores, mas não os resultados da execução.
- c) Apresentam-se somente informações agregadas sobre os resultados esperados ou efetivos do exercício anterior.
- d) Idem, porém dos dois últimos exercícios.
- e) Idem, porém acompanhadas de dados detalhados de todas as entidades orçamentárias e todas as rubricas de receitas e despesas.

**Cobertura do orçamento**

3.1.1

17. Algum elemento do governo central (conforme definido no Quadro 1) recebe tratamento especial ou é excluído, total ou parcialmente, da documentação orçamentária? Explique qualquer tratamento especial (por exemplo, dos gastos militares ou com segurança nacional).

*Descreva as receitas e despesas excluídas da cobertura do orçamento e discuta como isso é informado ao legislativo e ao público.*

18. Qual das opções a seguir melhor descreve a cobertura do orçamento anual? (*indique todas as opções válidas*)

- a) Instituições do governo central.
- b) Fundos extra-orçamentários (relacione).
- c) Instituições sem fins lucrativos não mercantis (ver o Boxe 2 do manual).
- d) Taxas de uso cobradas por órgãos do governo para seu próprio uso.
- e) Orçamento de investimentos.
- f) Projetos com financiamento externo.
- g) Orçamentos dos governos infranacionais (relacione).
- h) Receitas de recursos naturais (por ex., *royalties*, bônus de assinatura, *profit oil*, etc.).

**Documentação orçamentária**

3.1.1

19. Relacione os documentos apresentados com o projeto de lei do orçamento (e marque a coluna correspondente).

<b>Documentação orçamentária (relação)</b>	<b>Divulgado ao público quando da apresentação ao legislativo</b>	<b>Divulgado ao público após a aprovação pelo legislativo</b>	<b>Não divulgado ao público</b>

### **Novas iniciativas de política**

2.1.3

20. Novas medidas importantes relativas a tributos e gastos são: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Destacadas na documentação orçamentária e claramente distinguidas dos empenhos correntes.
- b) Especificadas claramente na documentação do orçamento em termos dos custos no exercício orçamentário.
- c) Apresentadas com uma estimativa do seu impacto futuro no orçamento.
- d) Apresentadas com uma descrição da sua contribuição para a consecução dos objetivos de política.
- e) Apresentadas com uma descrição das suas implicações econômicas mais amplas.

### **Riscos fiscais**

3.1.3

21. A documentação do orçamento (publicada) contém uma análise formal dos riscos fiscais globais? Que tipo de informação sobre riscos fiscais é divulgada? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Variação dos principais pressupostos de projeção.
- b) Incerteza sobre o volume de empenhos de verbas específicos.
- c) Garantias ou indenizações (dados descritivos).
- d) Análises da exposição a riscos relacionados a garantias.
- e) Ações contra o governo.
- f) Extensão das atividades parafiscais.
- g) Renúncia fiscal.
- h) Outros (especifique).

*Descreva resumidamente, fazendo referência a anexos pertinentes à documentação orçamentária.*

22. Indique se são produzidas descrições das seguintes atividades extra-orçamentárias:

*(Indique todas as opções válidas. Se “b” ou “c”, inscreva a letra correspondente no(s) campo(s) pertinente(s): (A) somente em documentos de uso interno, (B) publicadas com a documentação orçamentária, (C) compartilhadas com o legislativo, ou (D) divulgadas ao público em geral pela Internet.)*

	Passivos contingentes <sup>7</sup>	Renúncia fiscal <sup>8</sup>	Atividades parafiscais
a) Nenhuma descrição, apesar de a atividade ser significativa			
b) Descrição qualitativa			
c) Descrição quantitativa			
d) Nenhuma descrição, porque as atividades são limitadas			

*Indique em que anexo ao orçamento ou em que outro documento essas informações podem ser encontradas.*

### **Sustentabilidade da política fiscal e previsões a longo prazo**

2.1.4/3.1.5/3.1.7

23. Que tipo de avaliação da sustentabilidade fiscal é realizada anualmente como parte do processo orçamentário e incluída na documentação orçamentária? *(indique todas as opções válidas)*

- Nenhuma.
- Análise da relação dívida/PIB.
- Avaliação concentrada na variação do saldo primário necessário para manter a dívida abaixo de um determinado teto.
- Análise da sustentabilidade da dívida.
- Avaliação das obrigações de planos de previdência pública sem financiamento previsto (*pay-as-you-go*).
- Análise de dados sobre obrigações contratuais futuras.
- Avaliação de ativos de recursos naturais.
- Outras (incluindo contabilidade geracional ou outras obrigações contratuais futuras). Especifique e descreva resumidamente.

<sup>7</sup> Os parágrafos 141–43 e 190–93 do manual contêm uma definição e discussão de passivos contingentes — um exemplo comum são os empréstimos tomados com aval do governo.

<sup>8</sup> Ver os parágrafos 187–89 do manual e as questões correlatas na Seção VII.

24. Os pressupostos sobre a evolução e a política econômicas são especificados como parte da avaliação da sustentabilidade fiscal? Essa avaliação abrange uma análise de sensibilidade com relação aos pressupostos usados?

25. Publica-se um relatório periódico sobre as perspectivas de longo prazo para as finanças públicas?

*Descreva resumidamente e indique os títulos e as datas de publicação dos documentos.*

## V. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO

### Calendário orçamentário

2.1.1

26. O calendário orçamentário é especificado na lei do sistema orçamentário (ou em outra lei)? Ele é seguido na prática?

27. De quanto tempo o legislativo dispõe entre o recebimento do projeto de orçamento do executivo e o início do exercício?

28. O orçamento é normalmente aprovado antes do início do exercício?

*Breve descrição:*

### Processo de consultas públicas

1.2.3

29. O que é feito para informar o público sobre propostas de alteração de leis e regulamentos?

30. Quanto tempo é reservado para o processo de consultas públicas? São feitas exceções?

*Breve descrição:*

### Regras fiscais

2.1.2

31. Existem restrições legislativas quanto ao tamanho do déficit ou da dívida, nível dos gastos, ou outro agregado fiscal?

*Descreva resumidamente as regras pertinentes, fazendo referência a leis e artigos específicos que estabeleçam essas regras e indicando como seu cumprimento é avaliado.*

### Quadro fiscal de médio prazo e previsões orçamentárias

2.1.2/3.1.2

32. Qual das seguintes afirmações se aplica ao quadro fiscal apresentado na documentação que acompanha a proposta de orçamento? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Apresentam-se somente as previsões do exercício orçamentário em pauta.
- b) Uma exposição dos objetivos e prioridades de médio prazo da política fiscal do governo acompanha as estimativas do orçamento anual.
- c) Há uma previsão de agregados fiscais para o exercício orçamentário em pauta e os dois (ou mais) exercícios seguintes.

- d) Há previsões das receitas e despesas por órgão para o exercício em pauta e os dois (ou mais) exercícios seguintes e elas refletem estimativas, livres de restrições, do efeito das políticas atuais no médio prazo.
- e) Idem, mas as previsões são condicionadas por um quadro macroeconômico de médio prazo e por objetivos de política fiscal compatíveis com a sustentabilidade fiscal.
- f) As previsões das receitas e despesas por órgão para o exercício em pauta e os dois (ou mais) exercícios seguintes refletem os custos dos novos programas e os tratam separadamente das previsões das políticas atuais.
- g) Mantêm-se estimativas formais e móveis dos gastos para o médio prazo (3–5 anos) — isto é, a estimativa para o segundo ano torna-se o ponto de partida ou de referência para consideração do orçamento do exercício seguinte.

**Quadro macroeconômico e pressupostos de política**

2.1.2

33. Os pressupostos macroeconômicos e de política são especificados de forma abrangente e uniforme no orçamento de cada exercício?

34. Existe um quadro macroeconômico de médio prazo? Como ele é usado para informar os objetivos de médio prazo da política fiscal?

*Breve descrição:*

**Disponibilidade e exame independente das projeções e pressupostos fiscais**

4.3.3

35. As projeções macroeconômicas estão sujeitas a exame externo? (*indique todas as opções válidas*)

- a) Informações sobre os pressupostos orçamentários não estão disponíveis ao público.
- b) Os modelos e pressupostos são divulgados juntamente com o orçamento.
- c) Os modelos e pressupostos são fornecidos mediante solicitação.
- d) Existem mecanismos institucionais formais para incentivar o exame das projeções macroeconômicas e dos modelos usados para gerá-las.



**VI. EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ORÇAMENTO****Lei do sistema orçamentário**

1.2.1/1.2.5

36. Quais dos seguintes dispositivos estão previstos na lei do sistema orçamentário do seu país? (*indique todas as opções válidas*)

- a) Os recursos públicos só podem ser despendidos por força de lei.
- b) O orçamento e as informações prestadas devem cobrir todas as operações do governo central (inclusive os fundos extra-orçamentários).
- c) Todas as operações orçamentárias devem ser apresentadas em termos brutos.
- d) A gestão orçamentária compete explicitamente ao ministro responsável pelas finanças públicas.
- e) A administração de todas as contas bancárias do governo compete explicitamente ao ministro responsável pelas finanças públicas.
- f) A gestão da dívida pública compete explicitamente ao ministro responsável pelas finanças públicas.
- g) A gestão dos ativos públicos compete explicitamente ao ministro responsável pelas finanças públicas.
- h) A concessão de avales e garantias públicas e a prestação de contas sobre essas fianças estão sujeitas a normas e regulamentos formais.
- i) O dirigente de cada órgão é claramente responsável pelos recursos recolhidos e/ou utilizados.
- j) As provisões para contingências estipulam claramente condições rigorosas para o uso dos recursos.
- k) Exige-se auditoria independente dos relatórios.

Breve descrição:

37. Existe uma lei distinta que estabeleça as obrigações referentes à gestão da dívida, à gestão de ativos e às privatizações?

38. O público tem acesso aos regulamentos e procedimentos administrativos que regem a execução da lei do sistema orçamentário?

39. Existem requisitos legislativos: (*indique todas as opções válidas*)

- a) Para a apresentação dos resultados fiscais?
- b) Sobre o calendário de autorização e aprovação do orçamento?
- c) Para a conclusão de auditorias?
- d) Sobre a natureza das informações que o executivo deve apresentar junto com o orçamento?
- e) Sobre o relatório semestral da execução orçamentária a ser apresentado ao legislativo?
- f) Sobre o regime contábil a ser adotado na elaboração das demonstrações financeiras?

g) Sobre outros aspectos?

*Breve descrição:*

### **Atividades orçamentárias e extra-orçamentárias**

2.1.5

40. As atividades extra-orçamentárias (*indique todas as opções válidas*)

- a) Estão sujeitas aos mesmos procedimentos e regulamentos do orçamento geral?
- b) Estão abertas ao escrutínio do legislativo e do público?

41. Como descreveria a gestão dos gastos financiados com recursos externos? (*indique uma opção*)

- a) Geridos à parte dos gastos financiados com recursos internos; não incluídos, ou incluídos apenas parcialmente, no orçamento.
- b) Incluídos no orçamento, mas à margem das regras orçamentárias gerais.
- c) Totalmente integrados no processo de decisão e prestação de contas do orçamento.

42. Como descreveria a gestão das taxas e comissões cobradas pelas entidades públicas? (*indique uma opção*)

- a) Geridas diretamente pela entidade pública sem intervenção da agência central; não incluídas no orçamento.
- b) Sujeitas a revisão e priorização, mas geridas fora do processo orçamentário.
- c) Totalmente integradas no processo de decisão e prestação de contas do orçamento; apresentadas no orçamento em termos brutos.

*Relacione as atividades extra-orçamentárias e descreva as modalidades.*

### **Confiabilidade das estimativas orçamentárias**

2.1.2/4.1.1

43. Na medida do possível, forneça dados sobre as dotações orçamentárias originais do governo central e sobre os resultados efetivos referentes aos três últimos anos para os quais dados efetivos estejam disponíveis.

Elemento do orçamento	[ano 1]		[ano 2]		[ano 3]	
	original	efetivo	original	efetivo	original	efetivo
Despesa primária corrente						
Despesa de investimento/capital						
Juros						
Receita: [pelas principais rubricas da receita]						
Extra-orçamentário [por recursos/despesas e receitas]						

### Estimativas de orçamentos complementares

2.2.3/4.1.1

44. Com que frequência recorre-se a orçamentos complementares? *(indique uma opção)*

- a) Raramente.
- b) Apenas uma vez ao ano.
- c) De duas a três vezes ao ano.
- d) Mais de três vezes ao ano.

45. Qual das opções a seguir melhor descreve os orçamentos complementares apresentados ao legislativo? *(indique uma opção)*

- a) Apresentam a mesma classificação que o orçamento anual.
- b) Classificação por ministério e objeto da despesa, mas diferente da classificação do orçamento anual.
- c) Classificação apenas por ministério.

Breve descrição:

### Indicadores da orientação da política fiscal

3.1.6/3.2.3

46. Quais destes indicadores (conforme definidos no manual) constam das declarações de política do governo central e quais são monitorados *ex post*? *(indique todas as opções válidas)*

	<i>Ex ante</i>	<i>Ex post</i>
a) Saldo global	.....	.....
b) Saldo global, excluindo a venda de ativos	.....	.....
c) Saldo corrente	.....	.....
d) Saldo primário	.....	.....
e) Saldo operacional	.....	.....
f) Dívida pública	.....	.....
g) Passivos contingentes	.....	.....
h) Renúncia fiscal	.....	.....
i) Atividades parafiscais	.....	.....
j) Demonstração de ativos e passivos financeiros	.....	.....

- k) Passivos previdenciários sem previsão de financiamento ..... ..
- l) Patrimônio líquido (ou outro indicador do balanço patrimonial) ..... ..
- m) Outros (especifique) ..... ..

*Quais dos indicadores acima são usados na definição de metas para a política fiscal a médio prazo? Especifique e descreva resumidamente.*

### **Indicador sintético da posição fiscal**

3.2.3

47. Dos indicadores acima, qual é o principal indicador sintético (por exemplo, o saldo global) da posição financeira do governo central na apresentação anual do orçamento? Empregam-se outras medidas do saldo fiscal do governo central na formulação da política fiscal? Existe um mapa analítico que mostre a relação entre as estimativas orçamentárias e esse indicador sintético? Os saldos do governo geral ou do setor público em sentido mais amplo são estimados e considerados na formulação da política fiscal?

*Descreva resumidamente, fazendo referência ao documento ou anexo em que consta esse mapa analítico.*

### **Relatórios sobre a execução do orçamento**

2.2.2

48. Indique a atualidade (expressa em número de semanas após o fim do período), periodicidade e acesso público (a, b **ou** c) das informações prestadas sobre a execução do orçamento do **governo central**.

Relatório de execução do orçamento	Emissão (número de semanas após o fim do período)			
	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
a) Apenas interno				
b) Emitido para o legislativo				
c) Idem, e divulgado ao público				

49. Que órgãos do governo publicam dados fiscais ou apresentam dados fiscais em seu *website*?

*Descreva resumidamente e indique os títulos dos relatórios publicados e websites em que podem ser consultados.*

**Relatórios sobre o governo geral**

3.2.3

50. Como descreveria a prestação de contas pelo governo geral ao fim do exercício? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Cada nível de governo presta contas em separado — não há consolidação.
- b) Os fundos extra-orçamentários são incluídos em todos os relatórios, em todos os níveis de governo.
- c) Todos os órgãos descentralizados são incluídos em todos os níveis de governo.
- d) Elabora-se um relatório consolidado sobre a posição fiscal dos governos infranacionais.
- e) Elabora-se um relatório consolidado sobre o governo geral.

51. Entre as opções abaixo, quais são objeto de monitoramento durante o exercício? Com que frequência os relatórios pertinentes são publicados? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Informações por esfera de governo.
- b) Fundos extra-orçamentários.
- c) Órgãos descentralizados.
- d) Governo infranacional consolidado.
- e) Governo geral consolidado.

*Descreva resumidamente a cobertura do governo geral nos relatórios fiscais; indique a atualidade, periodicidade e acesso público (incluindo referências e websites) dos relatórios sobre o governo geral. Caso não haja prestação de contas por parte do governo geral, forneça informações sobre a prestação de contas pelo governo central e pelos governos infranacionais separadamente.*

**Atividades do setor público**

3.1.6

52. Como descreveria a prestação de contas pelo setor público? *(indique uma opção)*

- a) Prestação de contas individualizada por empresa pública; não há consolidação.
- b) O governo central fornece uma análise substancial das atividades do setor público, mas a consolidação é parcial.
- c) Apresenta-se um relatório consolidado sobre as empresas públicas.
- d) Apresenta-se um relatório sobre o governo geral consolidado do qual contam apenas as empresas públicas com um volume significativo de atividades parafiscais.
- e) Os relatórios sobre o setor público consolidado abrangem apenas o governo central e as empresas públicas, mas excluem os governos infranacionais.
- f) Apresenta-se uma consolidação completa das atividades do setor público (incluindo todas as empresas públicas, governos infranacionais, fundos extra-orçamentários, órgãos descentralizados e instituições sem fins lucrativos).
- g) A prestação de contas é feita de outra maneira (especifique).

**Prestação de contas sobre a dívida**

3.1.5

53. Os relatórios sobre a dívida têm as seguintes características: *(indique todas as opções válidas)*

- a) A dívida é classificada em interna e externa.
- b) A dívida é classificada por prazo de vencimento.
- c) A dívida interna é classificada por instrumento (títulos, empréstimos, etc.).
- d) A dívida é classificada por credor e moeda.
- e) A dívida com garantia pública é declarada e claramente identificada.
- f) A dívida das empresas públicas é informada.
- g) Os registros da dívida são abrangentes e conciliados de forma cabal com as contas do governo e com os dados do déficit.
- h) Os relatórios da dívida apresentam projeções dos compromissos futuros do serviço da dívida.

54. Qual é a frequência dos relatórios da dívida e a defasagem em relação ao fim do período a que se referem? *(indique todas as opções válidas)*

	1 mês	2 meses	3 meses	Mais de 3 meses
Anual				
Trimestral				
Mensal				

*Descreva resumidamente, fazendo referência a anexos pertinentes à documentação orçamentária, websites, ou a relatórios da dívida emitidos à parte.*

**Ativos financeiros**

3.1.5.

55. Presta-se contas sobre os ativos financeiros do governo? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Em relatórios das contas do governo.
  - i. De forma parcial.
  - ii. De forma abrangente.
- b) Em relatórios separados.
  - i. De forma parcial ou desagregada.
  - ii. De forma consolidada e abrangente.

*Descreva resumidamente as opções que se aplicam à situação em seu país, fazendo referência a anexos pertinentes à documentação orçamentária ou a relatórios à parte. Indique também a atualidade e periodicidade das informações prestadas.*

**Publicação de informações fiscais**

3.3.1

56. Que tipo de compromisso público é assumido no tocante à publicação de informações fiscais? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Nenhum.
- b) Consubstancia-se nos pronunciamentos de política ou ordens administrativas do governo.
- c) Subscrição aos padrões de divulgação de dados do FMI (Sistema Geral de Divulgação de Dados – GDDS/Padrão Especial para Divulgação de Dados – SDDS).
- d) É uma obrigação prevista em lei (forneça o título e data da lei e descreva essa obrigação).
- e) A obrigação prevista na lei é cumprida na prática.

*Breve descrição:*

**Anúncio antecipado do calendário de divulgação de informações fiscais<sup>9</sup>**

3.3.2

57. O calendário de divulgação de informações fiscais ao público é anunciado com antecedência? *(indique uma opção)*

- a) Não.
- b) Sim, para a maioria dos relatórios fiscais.
- c) Idem, e o calendário de divulgação é publicado.

*Breve descrição:*

---

<sup>9</sup> Ver os parágrafos 115–17 do manual.

## VII. CONTABILIDADE E MECANISMOS DE SUPERVISÃO

### Sistema de contabilidade do governo

3.3.1

58. Que fundos e mecanismos bancários são usados na execução do orçamento do governo central? *(indique uma opção)*

- a) Mais de quatro fundos extra-orçamentários distintos e/ou muitas contas bancárias separadas.
- b) Um fundo consolidado ou uma conta única no Tesouro, mas com até três fundos extra-orçamentários separados.
- c) Todas as transações do governo central passam pela conta única do Tesouro e há uma conta unificada no banco central.
- d) Outros (especifique).

*Breve descrição:*

*As unidades infranacionais de governo usam a conta única do Tesouro do governo central?*

### Regime contábil (por ex., caixa ou competência) e políticas contábeis

2.2.1/4.1.2

59. De modo geral, as transações orçamentárias são registradas: *(indique uma opção)*

- a) Em regime de caixa.
- b) Em regime de caixa e de compromissos (por ex. o sistema francófono tradicional).
- c) Em regime de caixa com algumas informações em regime de competência (como demonstrações de ativos financeiros).
- d) Em regime de competência.<sup>10</sup>

*Breve descrição:*

*O orçamento ou os relatórios financeiros do Estado indicam o regime de contabilidade e as políticas contábeis adotadas? Em caso afirmativo, explique.*

<sup>10</sup> Os parágrafos 160–64 e o Boxe 15 do manual apresentam uma discussão das etapas de pagamento e da relação com o regime de contabilidade.



60. Adotam-se os princípios de contabilidade geralmente aceitos? Em caso negativo, o sistema contábil pode gerar dados com base em transações sobre: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Empenhos de verbas
- b) Pagamentos
- c) Pagamentos em atraso
- d) Receitas
- e) Impostos atrasados

*Descreva resumidamente os princípios contábeis adotados.*

61. A classificação das contas é: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Idêntica à classificação do orçamento.
- b) Uniforme para todos os fundos orçamentários e extra-orçamentários.
- c) Uniforme para todos os níveis de governo.

#### **Conciliação de contas**

4.1.3

62. Os relatórios contábeis do governo central são conciliados com as dotações orçamentárias e com as demonstrações bancárias? *(indique todas as opções válidas)*

<b>Conciliação</b>	<b>Dotações orçamentárias</b>	<b>Demonstrações bancárias</b>
a) Não é feita uma conciliação cabal		
b) Mais de quatro meses após o fim do exercício		
c) Em até quatro meses após o fim do exercício		
d) Idem, e há um monitoramento constante ao longo do exercício		

63. Os dados sobre financiamento apresentados nos relatórios da síntese monetária relativos ao crédito ao governo e os dados sobre financiamento externo são conciliados com o superávit/déficit público divulgado na execução do orçamento? Indique o mecanismo e a frequência dessa conciliação.

64. Os relatórios anuais fornecem informações sobre as discrepâncias entre 1) gastos efetivos e dotações, e 2) os registros no Razão do governo e as contas bancárias?

65. Como são tratadas a reclassificação e a revisão de dados históricos? Que tipo de explicação é dada nos relatórios afetados?

Responda no espaço abaixo as questões 63–65 e indique eventuais problemas na conciliação cabal das contas do governo. No caso de brechas significativas na cobertura das contas (por ex., transações financiadas com recursos externos), descreva como a conciliação é tratada.

#### Verificação independente dos dados fiscais

4.3.4

66. O órgão nacional de estatística ou outra instituição ou pessoa tem a autonomia institucional para verificar a qualidade dos dados fiscais?

Descreva resumidamente como é feita a verificação independente dos dados fiscais.

#### Ética no serviço público e ações de combate à corrupção

4.2.1

67. O comportamento ético dos funcionários públicos é promovido: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Por uma lei ou código de conduta para o serviço público.
- b) Por medidas adequadas para garantir o cumprimento do código.
- c) Por uma agência responsável pelas ações de combate à corrupção.

Breve descrição:

#### Emprego

4.2.2

68. Quais destas características se aplicam ao emprego na função pública? *(indique todas as opções válidas)*

- a) A admissão ao serviço público é feita por meio de concurso público, com base no mérito.
- b) Os chefes podem exercer um nível considerável de autonomia no processo seletivo.
- c) A candidatura externa a cargos de chefia é possível, mas não é incentivada.
- d) A candidatura externa a cargos de chefia é livre e incentivada.
- e) As decisões sobre promoções são tomadas principalmente em função do tempo de serviço, mas são realizadas avaliações formais em vários pontos.
- f) As decisões sobre promoções são tomadas principalmente com base no mérito, e são realizadas avaliações formais em vários pontos.
- g) A autoridade de cada chefe para contratar, despedir e promover um funcionário é limitada.
- h) A autoridade de cada chefe para contratar, despedir e promover um funcionário é significativa.
- i) A diferença salarial entre os quadros de nível júnior e sênior é relativamente pequena (especifique).
- j) A diferença salarial entre os quadros de nível júnior e sênior é relativamente grande (especifique).

- k) Os salários no serviço público são competitivos em comparação com cargos de mesmo nível de competência no setor privado.
- l) Os salários no serviço público não são competitivos em comparação com cargos de mesmo nível de competência no setor privado.

*Descreva resumidamente, fazendo referência a leis ou regulamentos pertinentes.*

### **Aquisições e contratações**

4.2.3

69. As leis em vigor sobre aquisições públicas são compatíveis com as práticas aceitas internacionalmente?<sup>11</sup> (*indique todas as opções válidas*)

- a) Mecanismos de licitação são exigidos por lei no caso de grandes contratos.
- b) Mecanismos de licitação são aplicados à contratação de serviços pelo governo e a processos de privatização.
- c) As comissões de licitação têm autonomia.
- d) As decisões das comissões de licitação estão abertas a auditoria.
- e) Existem mecanismos para receber e resolver queixas dos licitantes.

*Indique as alternativas que se aplicam a seu país e descreva resumidamente o mecanismo básico, fazendo referência a relatórios recentes sobre aquisições — por exemplo, o Relatório de Avaliação do Processo Nacional de Aquisições Públicas (Country Procurement Assessment Report – CPAR), do Banco Mundial.*

### **Compra e venda de ativos públicos**

4.2.4

70. Os procedimentos para a compra e venda de ativos públicos, inclusive as privatizações, são amplamente conhecidos e entendidos pelo público?

*Breve descrição:*

71. As principais transações relacionadas à compra ou venda de ativos públicos são identificadas separadamente nos dados do resultado da execução do orçamento?

*Breve descrição:*

<sup>11</sup> Ver os parágrafos 282–83 do manual.

**Privatizações**

4.2.4

72. Como são contabilizadas as receitas e despesas de privatização? (*indique uma opção*)

- a) Por meio de um fundo de privatização completamente à parte do orçamento.
- b) Por meio de um fundo à parte, registrado e informado juntamente com o orçamento e as contas anuais.
- c) Como parte integrante do orçamento.

*Breve descrição:*

*Caso tenha selecionado “a” ou “b”, é possível descontar uma despesa diretamente da receita sem a anuência do legislativo?*

73. O órgão encarregado das privatizações é examinado anualmente por um auditor externo?

*Breve descrição:*

**Controle e auditoria internos**

4.2.5

74. Indique a forma de organização e a responsabilidade pela prestação de contas no tocante às funções de controle e auditoria internos do governo, conforme ilustrado na tabela abaixo:

<b>Órgão/Unidade</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Subordinado a</b>
<i>[por ex., auditoria interna do Ministério]</i>	<i>Apenas nos principais ministérios; dentro de cada ministério</i>	<i>Ministro/chefes de departamento</i>
<i>Inspetoria do governo</i>	<i>Todas as entidades orçamentárias</i>	<i>Presidente/Ministério das Finanças</i>

*Descreva resumidamente o sistema de controle e auditoria internos, fazendo referência a relatórios recentes. Os processos são objeto de exame pelo órgão de auditoria externa?*

## VIII. LEGISLAÇÃO, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

### Administrações tributária e alfandegária<sup>12</sup>

1.2.2

75. Para cada um dos principais impostos, descreva resumidamente como os seguintes aspectos da administração tributária e alfandegária são examinados no orçamento ou em outros documentos públicos.

- a) Aplicação de isenções fiscais, deduções de impostos e créditos tributários.
- b) Política de incentivos fiscais e mensuração das alíquotas efetivas por setor.
- c) Autonomia das autoridades na concessão de isenções permanentes ou temporárias, ou poder discricionário oficial sobre as obrigações fiscais.

*Para cada um dos principais impostos (incluindo encargos alfandegários), descreva resumidamente a autonomia das autoridades para determinar as isenções e obrigações fiscais, indicando referências específicas. O pagamento de algum tipo de imposto pode ser negociado?*

### O processo da política tributária

2.1.3

76. Uma avaliação geral dos objetivos da política tributária acompanha a apresentação do orçamento anual — ou o enfoque recai sobre as alterações das alíquotas dos impostos instituídas com o orçamento anual?

*Descreva resumidamente, fazendo referência à documentação orçamentária ou a seus anexos.*

### Administração tributária

1.2.1/1.2.2

77. A administração tributária está: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Consolidada num único órgão.
- b) Organizada por funções (cálculo dos impostos, cobrança, auditoria, fiscalização e recurso).

78. A administração alfandegária está: *(indique todas as opções válidas)*

- a) Consolidada num único órgão.
- b) Organizada por funções (cálculo dos impostos, cobrança, auditoria, fiscalização e recurso).

<sup>12</sup> Ver os parágrafos 67–73 do manual.

*Descreva resumidamente a estrutura das administrações tributária e alfandegária, bem como o acesso público a informações sobre essa estrutura, fazendo referência a relatórios publicados.*

79. Existe um único número de identificação do contribuinte usado por todos os órgãos da receita e aplicado a todos os impostos?

*Descreva resumidamente como esse número de identificação é aplicado.*

80. Existe algum mecanismo que permita solicitar uma decisão antecipada sobre a obrigação tributária (ou alfandegária) relativa a uma determinada transação?

*Descreva resumidamente os serviços profissionais e as informações tributárias a que o contribuinte tem acesso. Descreva como o contribuinte é informado de decisões antecipadas sobre obrigações tributárias no que diz respeito ao tratamento de uma determinada transação para fins de cálculo do imposto devido.*

81. Existe um sistema de auditoria interna na administração tributária que assegure a responsabilidade financeira na arrecadação?

82. Existe um sistema de auditoria interna na administração alfandegária que assegure a responsabilidade financeira na arrecadação?

*Descreva resumidamente o sistema de auditoria interna das administrações tributária e alfandegária e indique a natureza da responsabilidade.*

83. O código de conduta dos funcionários do fisco (da alfândega) e/ou a proteção processual, se existentes, se aplicam: *(indique uma opção)*

- a) A poucos impostos, ou a nenhum.
- b) A alguns impostos.
- c) À maioria dos impostos ou a todos.

*Descreva resumidamente. No caso de "b" ou "c", relacione as principais exceções.*

## **Independência e responsabilidade da administração tributária**

4.2.6

84. Como as administrações tributária e alfandegária são financiadas? *(indique uma opção)*

- a) Dotação orçamentária prevista na lei do orçamento.
- b) Idem, mas suplementada por uma parcela das multas e encargos.
- c) De outra forma (especifique).

*Descreva resumidamente. No caso de “b” ou “c”, forneça detalhes.*

85. As administrações tributária e alfandegária apresentam relatórios periódicos ao legislativo e/ou ao público sobre seu desempenho na administração da legislação tributária?

*Em caso afirmativo, descreva resumidamente, fazendo referência aos relatórios pertinentes.*

86. Realiza-se uma auditoria independente periódica da administração tributária (e alfandegária)? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Não é realizada ou não se realiza há mais de cinco anos.
- b) Como parte rotineira da auditoria externa nacional (ver também seção VIII, abaixo).
- c) Como um processo especial no âmbito da auditoria externa nacional.
- d) Como um processo separado.

*Indique e descreva resumidamente as opções válidas.*

### **Renúncia fiscal<sup>13</sup>**

3.1.3

87. Se as renúncias fiscais são identificadas e informadas (veja as perguntas 20 e 21), como é calculado o nível de arrecadação de referência? *(indique uma opção)*

- a) Abrange apenas o imposto “normal” sobre rendimentos das pessoas físicas (singulares) e jurídicas (coletivas).
- b) É definido um nível de referência para todos os impostos ou para a maioria deles.
- c) Não é definido um nível de referência formal; qualquer concessão “fora do padrão” é identificada como uma renúncia fiscal.
- d) De outra forma (especifique).

*Breve descrição:*

<sup>13</sup> Os parágrafos 187–89 e o Boxe 16 do manual apresentam uma discussão sobre renúncia fiscal e níveis de arrecadação de referência (ou estruturas tributárias de referência).

88. Relacione as cinco maiores renúncias fiscais do ano mais recente disponível:

Renúncia fiscal	Objetivo da renúncia fiscal	Custo estimado

**Direitos do contribuinte**<sup>14</sup>

1.2.2/4.2.6

89. O contribuinte tem: *(indique todas as opções válidas)*

- a) O direito de recorrer a uma instância judiciária independente?
- b) O direito de ser representado por um terceiro em sua relação com a administração tributária?
- c) Outros direitos (especifique)?

*Descreva resumidamente o processo de recurso administrativo à disposição do contribuinte, fazendo referência a relatórios recentes. Forneça as informações disponíveis sobre o prazo médio decorrido até a decisão sobre um recurso.*

<sup>14</sup> Ver os parágrafos 70 e 81–82 do manual.



**IX. AUDITORIA EXTERNA****Legislação e administração da auditoria nacional**

4.3.1

90. A autonomia do órgão nacional de auditoria é estabelecida claramente na Constituição ou em outra lei?

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da lei ou Constituição.*

91. Como é o processo de nomeação do auditor-chefe e a quem ele está subordinado?

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da lei ou Constituição.*

92. O financiamento e a composição dos quadros do órgão nacional de auditoria são definidos como parte do processo orçamentário? Em caso negativo, descreva o processo de definição do orçamento desse órgão.

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da legislação.*

93. Qual é a competência do órgão nacional de auditoria? *(indique todas as opções válidas)*

- a) Comprovação da responsabilidade financeira de órgãos governamentais específicos.
- b) Comprovação da responsabilidade financeira do governo como um todo.
- c) Auditoria dos sistemas financeiros, controle interno e funções de auditoria.
- d) Uma função que engloba tanto o desempenho quanto o cumprimento das obrigações financeiras.
- e) Cobertura de todos os órgãos do governo geral.
- f) Cobertura de determinadas empresas públicas.
- g) Cobertura de todo o setor público.
- h) Outras (especifique)

94. Qual o grau de autonomia do órgão nacional de auditoria com respeito à seleção de órgãos ou assuntos a serem auditados?

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da legislação.*

95. Como pode ser atestada a capacidade técnica do órgão de auditoria com respeito:

- a) Aos conhecimentos técnicos e adequação das práticas de auditoria?
- b) Ao número de quadros em relação às atividades de auditoria?

*Descreva resumidamente os principais aspectos de cada área.*

*Forneça informações sobre o número de funcionários e o nível de competência técnica dos quadros, cobertura e frequência das auditorias e outros dados ou relatórios disponíveis sobre a eficácia do órgão nacional de auditoria.*

### **Auditoria das contas definitivas**

2.2.4

96. As contas anuais definitivas são examinadas pelo órgão de auditoria externa? *(indique uma opção)*

- a) Raramente ou nunca.
- b) Passados mais de 12 meses.
- c) Em até 12 meses após o encerramento do exercício.
- d) Em até 6 meses após o encerramento do exercício.

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da lei.*

*Existem diferenças entre a prática e as exigências legais nessa área?*

### **Relatórios do órgão de auditoria nacional e acompanhamento**

4.3.2

97. Todos os relatórios do órgão nacional de auditoria são publicados e estão à disposição do público? Relacione as exceções (como gastos militares ou referentes à segurança nacional) e descreva resumidamente como estas são tratadas.

*Explique, fazendo referência aos artigos pertinentes da legislação.*

98. Existe um acompanhamento sistemático da implementação das recomendações do órgão nacional de auditoria? Forneça dados sobre a implementação de recomendações de auditorias ou relatórios pertinentes.

*Descreva resumidamente o processo de acompanhamento das recomendações de uma auditoria.*

99. Uma comissão permanente do legislativo examina os relatórios de auditoria externa?

*Descreva as funções dessa comissão e os mecanismos institucionais empregados pelo executivo e legislativo para assegurar que as constatações da auditoria externa recebam a devida atenção.*

